

05 DEZ 2007

CORREIO BRAZILIENSE

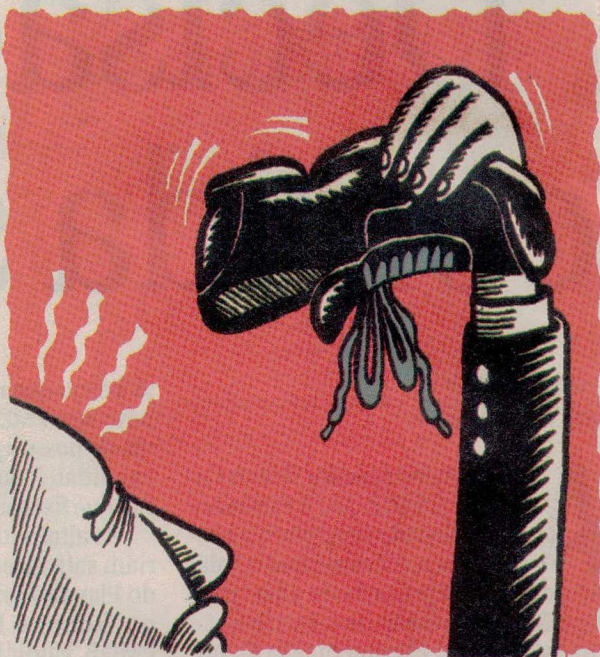


NAS ENTRELINHAS

por Luiz Carlos Azedo

e-mail luiz.azedo@correioweb.com.br

Caio Gomez/Especial para o CB



Senador Uma pedra no sapato

O Senado da República sempre foi uma pedra no sapato nos governantes, desde os tempos do imperador D. Pedro II. Para alguns historiadores, o longo monarca brasileiro exerceu o poder de forma republicana porque reinou de forma parlamentarista. É óbvio que a expressão é um exagero, uma vez que havia escravidão no Brasil e nem todos os cidadãos — as mulheres, por exemplo — tinham direito a votar. Mas dá bem uma idéia do poder do Senado, cuja essência sempre adveio da capacidade de equilibrar as relações entre a União e as províncias e, com isso, preservar a integridade territorial do país. Durante o regime militar, o presidente Ernesto Geisel chegou a criar o cargo de “senador biônico”, eleito pelas assembleias legislativas, para domar o Senado. Não conseguiu.

Conciliação

Graças ao Senado, rebeliões e movimentos separatistas foram apaziguados, depois de derrotados militarmente. Essa foi a gênese da “política de conciliação” do Império, em que luzias (liberais) e saquaremas (conservadores) se revezaram e conviveram no poder até a proclamação da República. Essa característica, de certa forma, se mantém. O governo Lula nunca teve maioria sólida no Senado. No primeiro mandato, porém, quando o líder do governo era o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovou tudo o que precisava, após acordos com a oposição, não como queria, mas como era possível. Às vezes, um acordo com a oposição é mais barato do que a mobilização da base governista, que aproveita os confrontos para fazer suas próprias — e caras — barganhas políticas.

Agora, o governo enfrenta grandes dificuldades para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Foi vitorioso na Câmara dos Deputados, até com certa facilidade, mas no Senado enfrenta a resistência do PSDB, do DEM e de dissidentes da própria base,

principalmente do PMDB. O Palácio do Planalto utilizou sem sucesso os meios tradicionais: liberação de emendas parlamentares, de verbas e de financiamentos; loteamento de cargos na administração federal e nas empresas estatais. Mesmo assim, ainda não conseguiu apoio suficiente. A oposição garante que tem 33 votos para impedir que o governo alcance a maioria de 49 votos para aprovação de emenda constitucional. O governo refaz as contas, tenta cooptar os vacilantes, mas ainda teme a derrota. Se não houver obstrução, a primeira votação será amanhã. Mas se houver, pode até ficar para o próximo ano, o que é considerado um desastre pelo governo.

**O GOVERNO REFAZ
AS CONTAS, TENTA
COOPTAR OS
VACILANTES, MAS
AINDA TEME A
DERROTA**

Camicases

O Senado é heterogêneo. Dele fazem parte ex-governadores como Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Desconhecidos que assumiram a vaga do titular, como o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que ocupa a cadeira do ministro das Comunicações, Hélio Costa. Poderosos líderes de bancada, como Valdir Raupp (PMDB-AC), José Agripino (DEM-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC). E há senadores camicases, como Expedito Júnior (PR-RO), que integra a base governista, mas votará contra a CPMF.

O grande problema do governo é o fato de que dois terços dos senadores terão que renovar o seu mandato. Na maioria dos estados, pelo menos um deles não se reelegerá, porque há um governador ou ex-governador que será candidato a uma das duas vagas em disputa. É nesse terreno movediço que os articuladores do Palácio do Planalto estão atolados. Alguns senadores barganham acordos com o governo que possibilitem a sua reeleição. Como o pleito é majoritário, as relações locais de poder também exercem muito peso no comportamento dos senadores. Nessa situação estão os senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e César Borges (PR-BA), que estão em risco eleitoral